

# Justificação e a ação de informação no contexto da pragmática virtual

Luciana de Souza Gracioso\*

**Resumo** Procurou-se aproximar algumas das reflexões de J. Habermas, provenientes de sua Teoria da ação comunicativa (1981) e rediscutidas em Verdade e justificação (1999) às atuais questões relacionadas a construção de conhecimentos em plataformas interativas da Web. Esta construção, por sua vez, se sustentaria em pilares comunicacionais de colaboração. Nesse contexto se tem como principal objetivo analisar implicações relacionadas a pragmática, a construção da verdade e a validação da informação no plano das argumentações comunicativas virtuais, considerando isto um dos lócus de estudo e prática da Ciência da informação.

**Palavras-chave** ciência da informação; pragmática; J. Habermas; web; justificação

## Justification and action information in the context of pragmatics virtual

**Abstract** Some approximations made to the reflections of J. Habermas, arising from his Theory of communicative action (1981) and revisited in Truth and justification (1999) to the present opportunities of knowledge construction in interactive Web platforms that are self supported in communicative interaction and collaboration. In this context, the article has as its main objective to analyze some implications of the pragmatics, the construction of truth and validation of information in terms of virtual communication arguments, considering a study of locus of Science information.

**Keywords** information science; pragmatics; J. Habermas; web; justification

## Introdução

A aparente democracia nas ações de uso da linguagem nas redes sociais da Web, somadas aos mecanismos lógicos computacionais que mapeiam e relacionam conteúdos sintáticos e semânticos, fez com que se diluíssem os critérios clássicos de validação sobre o valor de verdade e de veracidade das informações produzidas e recuperadas virtualmente. Garantias sobre a validação e a organização de informações têm sido analisadas e aplicadas ao longo dos tempos no contexto das práticas e pesquisas da Ciência da informação (CI). Já nos espaços virtuais de

---

\* Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Ciência da Informação pela UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos Rod. Washington Luis, km 243, São Carlos, SP. Email: luciana@ufscar.br

interação comunicativa, algumas atividades discursivas têm se utilizado como critério de validação e confirmação sobre a veracidade ou a confiabilidade dos conteúdos construídos a “força do melhor argumento”. Assim, informações elaboradas e disponibilizadas na Web construídas de modo independente ao crivo científico, teriam a seu favor um tipo de validação social, comunicativa e discursiva, calculada a partir da quantificação de seu respectivo acesso e intervenção agregado ao valor atribuído por seus interlocutores sobre o assunto discutido.

Sobre essas condições deliberativas relacionadas aos processos argumentativos pragmáticos virtuais é que se intenta estabelecer algumas ponderações sobre a relação entre o valor da informação construída interativamente ao longo do processo comunicativo com o valor de verdade das asserções proferidas e o valor de confiabilidade do processo argumentativo. Neste cenário é que recorreremos a J. Habermas e a alguns de seus conceitos, analisados tanto em sua obra Teoria da ação comunicativa (1981) como em Verdade e justificação, para diagnosticar alguns elementos relacionados ao processo comunicativo e alguns dos critérios envolvidos na sua validação.

Cabe ressaltar que a pragmática de Habermas e seus estudos relacionados ao uso da linguagem, são voltados a construção de uma teoria crítica da sociedade e neste contexto a linguagem é entendida enquanto mediadora das relações sociais. Aqui, o que se objetiva é minimamente discernir sobre o que destes estudos habermasianos poderiam contribuir à CI para que esta, por sua vez, pudesse agregar a suas teorias e práticas, concepções que lhe permitissem pensar e agir com a informação em contextos interativos e de comunicação. Para Habermas a interação comunicativa tem uma natureza essencialmente cooperativa e existiriam, conforme o autor, quatro condições que compõem uma situação ideal de discurso, sendo elas a sinceridade, a veracidade, a inteligibilidade e a justificabilidade. Alguns estudos já anteciparam a aproximação dessas condições de validação comunicativa cotidiana como critério ou garantia relacionada as ações de informação e que mencionaremos ao longo do texto.

Mais pontualmente, o ambiente de análise sobre as asserções de verdade e justificação relacionadas as ações comunicativas de uso da linguagem e construção de informação, foco do presente estudo, esta materializado e registrado virtualmente na Web. Porém, não se descreverá as especificidades desta plataforma informacional neste momento. O que se tentará argumentar se relaciona a validação das ações humanas comunicativas permeadas por esta interface digital. A este plano de intervenções comunicativas, faz-se uma breve distinção; ao conjunto de processos e produtos gerados a partir do uso social da internet - que refletem em modelagens e configurações da rede, atribui-se o conceito de “Web pragmática”, o qual se especificará mais adiante. Aos usos comunicativos da linguagem na Web, que se estabelecem de modo independente da rede virtual, mas que se materializam digitalmente nela, serão objeto do que denominaremos de “pragmática digital”.

Em relação a abordagem pragmática da filosofia, as discussões que serão estabelecidas, não se destinam a reconstruir sua historicidade, suas escolas e pensadores. Almeja-se acentuar aspectos gerais que dizem respeito a sua essência tal como convém ao contexto das discussões deste texto, sem atribuir o seu construto ao trajeto pragmático seguido e proposto por Habermas.

## **Sobre a pragmática das relações**

No início do século XX, as abordagens lógico-positivistas sobre a linguagem passaram a ser refutadas por alguns pensadores. As críticas referiam-se a ausência do sujeito, do contexto e da comunicação nas análises até então proferidas sobre a linguagem. Como observa Parret (1997), até então, houvera uma “redução do sujeito social e comunitário a um comunicador, e em seguida a um informador, como se a intersubjetividade (ou co-subjetividade) fosse equivalente à comunicabilidade e toda comunicação, a uma transferência da informação” (PARRET, 1997, p. 16).

No entanto, o autor retoma que o sujeito é quem produz o discurso, a cultura e a sociedade e, desse modo, não pode ser excluído do processo de significação da linguagem. Esse sujeito seria, antes de tudo, “um ser de paixões”, que é motivado pela paixão de conhecer, pela aptidão de viver em comunidade, de criar beleza e de transformar a natureza a seu favor. O sujeito é movido por essa paixão e, por conta disso, é estimulado a transmitir verdades e a se comunicar. “O phatos subjetivo é responsável por uma opacidade que torna as relações intersubjetivas dignas de serem vividas e os discursos dignos de serem interpretados.” (PARRET, 1997, p. 107). Seriam as necessidades que tornam os sujeitos cooperativos, humanos, educados, solidários, e estas são as estimuladas pela própria comunicabilidade e pela socialização dos sujeitos. Por conta disso, a produtividade discursiva, social e artística do homem é permeada por uma rede de razões inerentes ao sujeito razoável, sendo que essa rede seria o objeto pragmático. “Toda comunidade é em essência, patêmica ou, para usar um termo que deve ser despido de qualquer conotação cartesiana, afetiva. O ser-em-comunidade não é uma idéia normativa, transcendental, mas um sentimento ativando nossa faculdade de afeto.” (PARRET, 1997, p. 21). É nesse espaço que se estabelece o que o autor conceitua como *sensus communis*, que seria o elemento resultante de uma tensão entre o sensível e o social. “A cultura toda e, com ela a arte, são jogos infinitos e que é a infinitude dos jogos na comunidade humana que produz a transcendência do social, do verdadeiro social.” (PARRET, 1997, p. 19-20).

Essa mobilidade caracteriza-se como uma atitude pragmática, visto que o sentido dos discursos, das artes e da cultura são constantemente reconstruídos pela transposição dos sentidos criados a partir do ato do sujeito em uma situação “co-subjetiva” de participação na vida em uma comunidade. Com isso, a transposição do sentido pragmático é continuamente controlada, revisada e penalizada pela comunidade que funciona, no final das contas, como o *definiens* último do sentido (PARRET, 1997, p. 81).

Parret considera que o objeto pragmático é determinado por seu posicionamento num contexto e, em particular, por sua força de contextualização – sendo que o contexto seria sempre o efeito provisório de uma contextualização. Esse objeto seria trabalhado de fora pela racionalidade, sendo analisado razoavelmente, visto que não são as leis naturais os objetos de análise, e sim as estratégias discursivas. “O objeto pragmático, seja ele uma seqüência discursiva, um fato social, um evento histórico ou produto cultural – se constitui de uma teia de razões.” (PARRET, 1997, p. 13). A abordagem pragmática tem como propriedade considerar que “o sentido da seqüência discursiva, do fato social, do evento histórico, do produto cultural é inseparável dos procedimentos para sua compreensão ou, mais geralmente, da transposição semântica que se realiza em todo ato de interpretação.” (PARRET, 1997, p. 13). Essa validação contextual pragmática orienta análises sobre os processos argumentativos produzidos nas interações virtualizadas, mas se tentará, mais adiante, pensar sobre outros elementos inerentes a esta prática.

O pragmatismo é considerado um modo filosófico que se ocupa de discutir a Pragmática e que se pauta na concepção de verdade para explicá-la. A verdade só se estabeleceria diante de sua prática, diante de ações práticas produzidas, e em ações de uso da linguagem; em outros momentos filosóficos, essa abordagem fora analisada sob a perspectiva racional e era atribuída a partir das evidências dos fatos e das coisas existentes no mundo. A verdade seria atribuída pela racionalização de nosso intelecto sobre as coisas ou pela adequação dessas àquele. No campo da linguagem, a verdade se constituiria a partir do uso sistêmico de princípios, de regras e de normas linguísticas que moldariam nossas idéias e nossos pensamentos, induzindo-nos a estabelecer critérios lógicos para sua validação. No campo científico, a verdade seria estabelecida a partir de um acordo entre pesquisadores sobre convenções universais do conhecimento designado como verdadeiro. Em síntese, a verdade era instituída a partir da racionalização, do uso lógico da linguagem e do consenso de uma comunidade sobre o seu valor de veracidade. A Pragmática, entretanto, pode ser considerada como uma abordagem de entendimento sobre a verdade que se convalida também a partir das ações de uso da linguagem. Seria uma perspectiva de expansão do racionalismo, mas que agrega a ação sobre o que foi racionalizado e novamente posto em ação. A comunicação seria uma ação pragmática de uso da linguagem.

Mais recentemente, estudos têm defendido que a verdade poderia ser definida se somados todos os elementos já apresentados ao acionamento daquilo que é dito - isso seria a Pragmática. Assim, um conhecimento (racionalizado ou expresso em linguagem) só poderia ser consolidado a partir de seu acionamento no mundo. Podemos dizer que a compreensão sobre a verdade passou de uma abordagem de contemplação defendida pela Filosofia tradicional para uma abordagem da ação defendida pela Filosofia contemporânea. Há um abandono do conceito tradicional de filosofia como síntese universal do conhecimento. O conhecimento teria agora o estatuto de instrumento a serviço do esclarecimento dos problemas reais e seria construído para a ação; não precisaria ser uma cópia fiel da realidade, não teria pretensões de verdades absolutas, seria provisório e sujeito as retificações. Nesse contexto, a Pragmática seria a filosofia dos resultados, da experiência humana, do contato com as coisas, da ação. Assim, o valor prático das ações humanas é também o seu valor de verdade. Para a Pragmática, a verdade é também uma convenção, um valor, é algo que deve ser pensado em graus a partir dos procedimentos pelos quais as pessoas a empregam. Verdade e verdadeiro são expressões tidas como valorativas.

O pragmatismo versa, em um plano mais amplo, sobre os estudos da verdade e a sua relação com o conhecimento constituído socialmente pelos sujeitos a partir do uso da linguagem em ações comunicativas. Partindo de estudos dos precursores do pragmatismo, tais relações passaram a ser entendidas considerando a natureza e a função dos signos, seu uso na comunicação e a sua compreensão pelo interpretante. A Pragmática seria, conseqüentemente, uma experiência concreta com a linguagem em uso, em diferentes contextos de comunicação, envolta em variações e em heterogeneidades imprevisíveis logicamente.

No entanto, o pragmatismo fora alvo de críticas desde as suas primeiras manifestações, tendo em vista sua defesa à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento, aos contextos concretos de uso da linguagem e ao seu posicionamento antimetafísico de não aceitar uma realidade supra-sensível. Marcondes (2000) discute alguns “mitos” estabelecidos em torno do pragmatismo e os esclarece. Segundo o autor, um desses “mitos” seria o de que a Pragmática elimina ou reduz a importância do conceito de verdade, conceito central à tradição filosófica. Contra isso, Marcondes (2000) dirá que “a pragmática critica uma verdade definida apenas em termos realistas (...) problematiza a possibilidade de verdades absolutas, conhecidas independente de um contexto e estabelecidas de modo conclusivo.” (MARCONDES, 2000, p. 41). Nesse sentido, se poderia estabelecer, de modo conclusivo, a veracidade ou o a falsidade de um conjunto de proposições somente a partir dos resultados e conseqüências que essas afirmam sobre a realidade, a saber, suas pretensões ao conhecimento. Outro julgamento feito é o de que a

Pragmática leva ao relativismo e esse equivale ao “vale tudo”, tanto do ponto de vista ético quanto do conhecimento. Para elucidar isso, Marcondes dirá que a Pragmática pressupõe que “o significado é relativo a contextos determinados e deve ser considerado a partir do uso dos termos e expressões linguísticos utilizados nesses contextos. (...) o significado não é visto como arbitrário, mas como dependente de um contexto.” (MARCONDES, 2000, p. 42).

Uma crítica generalizante também comum é a de que a Pragmática inviabiliza a ciência. A implicância se daria pelo fato de aquela excluir o racionalismo tradicional dessa como um conhecimento sedimentado. Entretanto, Marcondes esclarece:

A ciência e as teorias científicas passam, ao contrário da concepção realista, a serem consideradas como mais um “jogo de linguagem” na acepção de Wittgenstein, com regras, convenções e objetivos próprios. Uma teoria é um modelo explicativo, um conjunto de proposições hipotéticas que visam explicar um determinado domínio do real. As noções pragmáticas de efeitos e conseqüências são fundamentais para a avaliação dos resultados e experimentos científicos e para a falsificação e validação de hipóteses científicas (MARCONDES, 2000, p. 42).

Ainda outras duas críticas são feitas à Pragmática: uma de que ela torna a ética impossível e outra de que ela impossibilitaria uma filosofia crítica, mas Marcondes explica que o pragmatismo apenas questiona “a existência de valores éticos universalmente válidos, (...). O pragmatismo ético, considera, portanto, que os valores éticos dependem sempre de uma determinada cultura em um determinado momento histórico, porém, não considera que isso acarretaria o fim da ética.” (MARCONDES, 2000, p. 43). Quanto à impossibilidade de se estabelecer uma filosofia crítica via pragmatismo, Marcondes diz que a crítica pode ser feita de modo reflexivo ao pensamento e, ainda, “como exame de alternativas, no sentido do contraste entre posições e procedimentos adotados em um determinado momento ou contexto e outras possibilidades, reais e hipotéticas, a serem adotadas e experimentadas.” (MARCONDES, 2000, p. 44).

O Pragmatismo, como abordagem ancorada na filosofia da linguagem, não é uma linha que impõe métodos, regras ou critérios sistêmicos para se pensar o conhecimento. Mesmo assim, seus precursores e defensores se empenharam em apresentar trajetórias que direcionam para compreendê-la e defendê-la como uma das concepções filosóficas mais coerentes sobre a constituição do conhecimento humano. O que se indicará na sequência, são alguns estudos que aproximam concepções pragmáticas, algumas especificamente habermasianas, as implicações relacionadas a sistematização da linguagem e a modelagem de processos comunicativos em ambientes sistematizados mediados por tecnologias. Contudo, retomamos a ressalva de que Habermas, ao construir sua Teoria da ação comunicativa e ao escrever Verdade e justificação, não se voltou a informação sob o plano configurado de sistemas e processos de recuperação da informação e sim as práticas cotidianas, de comunicação.

## **Perspectivas de sistematização, modelização e validação comunicativa**

No cerne de sua Teoria da ação comunicativa, Habermas fazer referência a que, em uma ação comunicativa,<sup>1</sup> os atores sociais se orientariam por pretensões de validade, referidas anteriormente, submetendo à crítica o seu conteúdo, fortalecendo e atualizando as suas relações com o mundo, num processo argumentativo racional de fundamentação. Desempenham padrões comuns para o estabelecimento de acordo considerando que esta pressuposição tem como base à racionalidade e o compartilhamento do sentido numa determinada sociedade. Nesta perspectiva, além de outras, é que algumas iniciativas de modelização dos processos de comunicação têm sido ponderadas para compor e articular sistemas, esquemas, regimes, processos de informação.

No campo epistêmico da CI, o pensamento de Habermas auxilia na percepção do próprio conceito de informação enquanto ação, como sugerem B. Wersig e também B. Dervin. Gómez, já em 1993, sinaliza ao campo, para olhar as questões comunicativas nas práticas de organização do conhecimento. Continuamente, a autora tem desenvolvido trabalhos que analisam as relações sobre a teoria do agir comunicativo de Habermas relacionados as questões informacionais no pensamento contemporâneo. (GOMEZ, 2009). Gracioso também, em 2008, procura identificar proximidades do pensamento habermasiano nas ações de informação na internet e sobre este trabalho, em específico, se mantém um status de continuidade neste presente texto.

O ambiente Web reconfigura, cria, e, ao mesmo tempo, desarticula modelos comunicativos de produção, busca e interação de conteúdos. Direta e indiretamente, a atmosfera da rede interfere nas práticas do mundo da vida. Sem o propósito de discutir esta plataforma por ela mesma, nem se ater a suas variâncias sociais, se sinalizam neste momento, algumas de suas características descritivas sob o enfoque da plataforma que transitamos nesse nosso ensaio. Foram acrescidos aos espaços virtuais, além das relações sintáticas e semânticas para organização e recuperação de seus conteúdos, as ações pragmáticas de uso da linguagem. Isto se deu na medida em que conteúdos passaram a ser construídos e recuperados interativamente a partir de intervenções diretas ou indiretas entre seus atores (como *wikis*, *blogs* dentre outras dezenas de recursos que são rapidamente absorvidos, utilizados e incorporados nas práticas informacionais cotidianas) e que, como dito, designamos aqui de Web pragmática.

Nesta situação pragmática e interativa a internet oferece grandes potencialidades para a auto-expressão e o estabelecimento da comunicação sem coerções, se analisada em termos estruturais. “Os usuários da rede têm a possibilidade de produzir e compartilhar a informação sem que esta esteja sujeita a controle, revisão ou sanção do Estado (Hague & Loader, 1999, p.6; Tsagarousianou, 1998, p.170-6).” (MAIA, 2001). Os usuários adquiriram amplas possibilidades para a livre associação podendo unir-se às comunidades virtuais que compartilham interesses comuns em escala global, como também sugere Maia (2001) sendo que o pertencimento e a permanência neste compartilhamento são voluntários. E é comum também, conforme sugere a autora, que por não prescindir de presença física para a comunicação, muitos usuários optem por um certo grau de anonimato. Mesmo assim Barglow, 1994 e Reingold, 2000, citados por Maia, defendem que “este anonimato contribui para estabelecer uma condição mais paritária de participação no debate, já que as desigualdades do mundo real (...) sofrem um certo apagamento.” Existiria, neste cenário, um certo grau de liberdade que impulsionaria a comunicação. “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa. A “força do melhor

---

<sup>1</sup> [...] la acción comunicativa no solamente es un proceso de entendimiento; que los actores, al entenderse sobre algo en el mundo, están participando simultáneamente en interacciones a través de la cuales desarrollan confirman y renuevan lo mismo su pertenencia a los grupos sociales que su propia identidad. Las acciones comunicativas no son solamente procesos de interpretación en que el saber cultural queda expuesto al ‘test del mundo’; significan al propio tiempo procesos de interpretación social y de socialización (HABERMAS, 1994, p. 198).

argumento”, que não guarda relação com o papel social dos participantes, tem maiores chances de se impor num fórum público virtual (MAIA, 2001).

Por outro lado existem condições de interação, possíveis a partir das plataformas computacionais, que anulam algumas ações racionais de produção de discurso. Maia (2001) a partir dos estudos de Wilhem (1999, p. 169-175) e Hill e Hughes (1998, p.71) diz que:

[...] a grande maioria dos participantes em listas de discussão política e *chats* expressam a própria opinião, “buscam” e “disponibilizam” informação, sem que se vinculem a um debate propriamente dito. A prática argumentativa, o dizer e contra-dizer com vistas a resolver discursivamente (“por razões”) impasses ou diferenças de pontos de vista, é relativamente reduzida se comparada com outras modalidades de comunicação nesses grupos. As tecnologias da informação e da comunicação facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos, agilizam as buscas, tornam a vida mais veloz. Contudo, *não determinam* o procedimento da interação comunicativa e nem *garantem* a reflexão crítico-racional.

Caberia então uma vertente de reflexão sobre as questões de uso e comunicação na rede reconfigurando “as condições da deliberação numa dimensão cultural mais ampla.” E sobre esta expansão, “o discurso é concebido num sentido cultural abrangente, na medida em que visa, em parte, a formação de preferências e de convicções, e não apenas a agregação de interesses para competição.” (MAIA, 2010).

A abertura para a interlocução intercedida por tecnologias informacionais alavancou um conjunto de questionamentos sobre os comportamentos e as ações sociais nos planos reais, que dizem respeito, por sua vez, a novas condições democráticas de criação e uso da informação. Para Maia, na literatura acerca da “cyberdemocracia” ou “democracia digital”, “é comum enfatizar-se exageradamente as dimensões tecnológicas e associar-se deterministicamente o potencial das novas tecnologias com a revitalização de instituições e práticas democráticas”. A aproximação do conceito de democracia aos espaços colaborativos da rede, por sua vez, podem ocasionar alguns equívocos, uma vez que, ao potencializar o ideal da comunicação desamarrada dos condicionamentos das instituições, elas também podem “sustentar formas extremas de centralização de poder.” (MAIA, 2001). E antes de se pensar a operacionalização de modelos ou sistemas que potencializem a comunicação virtualizada, a que se pensar em como incentivá-las coerentemente no plano real. “Para fortalecer a democracia, são necessárias não *apenas* estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates.” (MAIA, 2001).

As barreiras sobre o uso das tecnologias comunicativas estão muito além das questões de acesso ao recurso. A exclusão antes de se configurar digital, resulta de uma cultura política desfavorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. Mas, havendo espaços mais flexibilizados para manifestação e discussão, onde a participação comunicativa não requer mediações institucionais, é possível reconhecer e identificar discursivamente movimentos de ação social de produção de saberes que irão implicar posteriormente no plano mais amplo das instituições. “Disseminadas pelo tecido social, essas redes cívicas (...) devem ser vistas como 'arenas discursivas temáticas', locais de contestação, de argumentação e de deliberação” (MAIA, 2001). E do ponto de vista institucional, mesmo não sendo consideradas políticas, “elas podem proporcionar um

revigoramento de demandas e projetos específicos a serem enviados para as arenas políticas institucionais.” Essas redes podem catalisar fluxos comunicativos dos setores mais periféricos da sociedade e agir como ativos interlocutores de problematizações sociais (MAIA, 2001). Haveria uma relação direta entre uso da linguagem, validação comunicativa e ação social.

É importante também já se ter em mente que as situações de uso da linguagem nos atos de formação consensual da vontade é “o produto cumulativo de um conjunto de discussões sobre um determinado tempo. É um processo de interpretação coletiva a longo prazo, e não apenas um procedimento de tomada de decisão.” (MAIA, 2001). Este panorama irá demandar flexibilizações nas escolhas teóricas e metodológicas que se possibilitem sistematizar ou organizar os produtos ou conteúdos produzidos a partir destas comunicações. E sobre as sutilezas de pensar em algum modelo de análise sobre esses processos comunicativos, discursivos, cabe mencionar, concordando com Maia que “o processo de reavaliação de nossas próprias posições ocorre, com maior frequência, nos intervalos *entre* as conversações, do que propriamente *nas* conversações.” Isto, por sua vez, aumenta o desafio de se propor quaisquer modelos de mapeamento comunicativo, que intentem classificar os produtos dessa comunicação como verdadeiros, válidos ou confiáveis. No entanto, algumas argumentações teóricas que elucidam essa configuração podem orientar pesquisas e práticas de áreas, como a CI, em prol de um entendimento mais rizomatizado destes fenômenos.

Essas breves argumentações iniciais intentam contextualizar um plano reconfigurado de uso social da linguagem e das ações comunicativas no *medium* virtual e que denominamos como pragmática virtual. Este universo ampliado de possibilidades de significação demanda por sua vez, novas abordagens que problematizam e elucidam os percursos e percalços relacionados a verdade, ao entendimento e a validação sobre as ações de informação na sociedade. Com a virada lingüística da filosofia, tais questões são objeto de novas abordagens pragmáticas. Aos planos virtuais pragmáticos tem-se denominado Web pragmática. Esse conceito foi sinalizado em 2007 por Gracioso, mas efetivamente já em 2006, uma agenda de pesquisas e congressos foi feita tanto na Europa como nos EUA sobre o assunto. A definição utilizada no âmbito destas pesquisas diz respeito ao estudo de um conjunto de teorias e metodologias relacionadas a filosofia da linguagem pragmática voltada a pesquisas, análises e práticas comunicativas promovidas tanto pelos sistemas de informação automatizados quanto pelas plataformas virtuais mais deliberativas. De modo geral os estudos relacionados a Web pragmática fundamentam-se na distinção feita por Morris (1938), sobre sintática, semântica e pragmática, as implicaturas de Grice (1975), os atos de fala de Austin (1962) e Searle (1969), os jogos de linguagem de Wittgenstein (1953), as atividades sociais de Allwood (2007) dentre outros, incluindo Habermas. No manifesto da Web pragmática, publicada em 2006 por Schoop, Moor e Dietz, algumas destas trajetórias teóricas são sinalizadas.

O desenvolvimento e a aplicação de metodologias voltadas a modelização comunicativa em espaços sistematizados e institucionalizados, somadas as iniciativas para o estabelecimento de processos ou critérios para descrição e representação das ações comunicativas em espaços colaborativos da rede, são tendências de estudos sobre Web pragmática. A *Language Action Perspective* (LAP), inicialmente proposta por Flores e Ludlow em 1980, constitui o escopo teórico e metodológico coerente para esse contexto de pesquisa. Esses estudos, por sua vez, voltam-se ao desenvolvimento de modelagens computacionais que comportariam as ações de produção e uso da informação em sistemas informatizados. Neste sentido, alguns pesquisadores voltam a Teoria da ação comunicativa habermasiana com o intuito de identificar os elementos centrais que configuram os processos comunicativos de transferência de informações e de subjetividades. Dietz e Widdershoven (1991) analisam as teorias de Searle sobre atos de fala, e as teorias de ação comunicativa Habermasiana, no contexto informatizado de mediação informacional e publicam *Speech acts or communicative action* sobre o tema. Em 1988,

Lyytinen e Hirschheim, já discutem a aplicação desta teoria Habermas para fundamentar suas argumentações sobre a configuração dos sistemas de informação enquanto discursos racionais. Cecez-Kecmanovic e Jason (1999) sistematizam os estudos sobre a Teoria da ação comunicativa de Habermas e seus impactos na elaboração de sistemas de informação.

Mas são os estudos de Froomkin (2003) e Heng e Moor (2003) que levantam questões e propõem alguns caminhos para estudos das plataformas interativas a partir das teorias comunicativas de Habermas. Froomkin (2003) faz a defesa dos espaços colaborativos virtuais como um lugar com “potencial para permitir não apenas o discurso, mas o discurso bom.” E, conforme o autor, esta reconfiguração de alguns dos cenários de comunicação pode tornar mais evidente as propostas de Habermas sobre o ajustamento de subjetividades, necessárias a democracia. O trabalho de Heng e Moor (2003) aponta um modelo comunicacional sistematizado que se utiliza de ferramentas colaborativas, pautado nos princípios da Teoria crítica social habermasiana. O GRASS (*Group Report Authoring Support System*) tem sido usado por um grupo de discussão ambiental como uma nova forma para se criar um intercâmbio mais igualitário e de confronto de ideias entre os vários intervenientes no debate sobre alimentos geneticamente modificados, por exemplo. Com o uso generalizado da internet, esse fórum tem o potencial para se tornar uma forma emergente de comunicação para os atores sociais que estariam dispersos e que, através deste meio podem conduzir um debate construtivo gerando ações diretas de intervenção social e ecológica.

Já o trabalho de Goldkuhl (2000) mergulha nas questões relativas aos critérios de validação comunicativa que perpassariam, em um primeiro entendimento, toda e qualquer atividade de comunicação. No entanto, o autor discutirá a pertinência de se compreender ou considerar o conceito de pretensões de validade universal enquanto pretensões de comunicação geral. Isto porque ele rejeitaria a pretensão de verdade como universal ao mesmo tempo propõe outros critérios pertinentes para validação comunicativa, mas não se propõe a desenvolver uma crítica feroz a teoria habermasiana. Seu exame tem implicações diretas na configuração dos estudos em *Language Action Perspective*. Sobre as pretensões de validade que se estabelecem no diálogo proferido a partir de atos de fala entre falante e ouvinte, que se tem por meta alcançar o consenso por meio do entendimento comunicativo, Cavalcanti (2001) diz que:

[...] a inteligibilidade do sistema lingüístico (falante e ouvinte devem falar a mesma língua e evitar códigos lingüísticos privados e secretos) que interfiram na compreensibilidade da comunicação; a enunciação de conteúdos proposicionais que sejam verdadeiros; a manifestação de forma correta ou adequada tendo como pressuposto um quadro normativo reconhecido e compartilhado intersubjetivamente, o qual fundamentada as normas e valores a serem considerados; finalmente, a quarta e última pretensão a ser levantada na comunicação refere-se à veracidade das manifestações subjetivas do falante, devendo este expressar verazmente suas intenções subjetivas de forma que possibilitem a um ouvinte acreditar em suas manifestações (CAVALCANTE, 2001).

Habermas propõe estes critérios pensando em um plano real de comunicação inseridos em um contexto amplo em que se concatenam as funções da linguagem, os mundos (domínios da realidade) e os tipos de atos de fala. O cruzamento destes elementos propicia o plano de validação comunicativa. Evidentemente essa configuração é ampla e complexa a ponto de compor sua Teoria da ação comunicativa e esta introdução serve apenas para subsidiar as

análises de Goldkuhl (2000). O autor sugere como critérios de validade comunicativa: *descriptive correctness, addressee relevance, respectfulness, deliberation, dialogical adequacy and argumentativeness* (exatidão descritiva, relevância para o destinatário, respeitabilidade, deliberação, adequação dialógica e argumentatividade) e associa a estes critérios propostos os aspectos comunicativos, respectivamente associados: *speaker, normas, referred world, addressee, addressee, means and ends, other utterances, utterance itself, language* (falante, normas a que se refere mundo, destinatário, destinatário, meios e fins, outras expressões, dicção própria, a linguagem). A proposta de critérios de validade sugeridas por Goldkuhl (2000) levantam algumas novas possibilidades para se pensar não só outras modelagens comunicativas na perspectiva da *Language Action Perspective* mas principalmente abre precedentes para outras condições de validação informacional além das sugeridas por Habermas, sem necessariamente invalidar a lógica de sua Teoria comunicativa. Habermas compôs um cenário amplo, conectado e articulado sobre a validação comunicativa, e com isso, ao delimitar o que considerou como critérios universais de validação, forneceu subsídios para que outras pretensões também pudessem ser levantadas.

A obra habermasiana, como mencionado em outro momento deste texto, não tem, a nosso ver, a intenção de subsidiar sistematizações e operacionalizações de esquemas ou estruturas de mediação comunicativa. No entanto as pesquisas aqui brevemente descritas demonstram o quanto que suas conjecturas podem alcançar os estudos informacionais. Neste sentido, o esforço que se fará de agora em diante será o de, no âmbito das práticas comunicativas virtuais, isto é, da pragmática virtual, discutir aspectos que podem fazer parte da construção do conhecimento neste universo, e que dizem respeito a justificação comunicativa como ação de informação.

## **Justificação comunicativa como ação de informação**

Entende-se que a Teoria da ação comunicativa habermasiana sugeriria que, argumentativamente, informações poderiam ou não ser validadas como confiáveis e, até certo ponto, esta condição poderia sustentar o critério de “melhor argumento” que rege parte dos discursos da rede.

A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade das informações, mas dos enunciados, se mede não pela probabilidade de cumprimento de prognósticos, mas pela única alternativa de ver se a pretensão de validade das informações é discursivamente desempenhável ou não é. Denominamos verdadeiros aos enunciados que podemos fundamentar (HABERMAS, 1994, p. 120)<sup>2</sup>.

Diante desta compreensão habermasiana, e a partir das análises feitas em outras de suas obras, além da Teoria da ação comunicativa citada, pode-se inferir que argumentações orientadas a busca da verdade poderiam ser construídas argumentativamente na Web na medida em que há

---

<sup>2</sup> Ainda que Habermas não tenha se ocupado especificamente da informação, ele nos oferece um pensamento contemporâneo em que a informação é vista em diferentes contextos de ação social. A informação seria algo que acontece na relação do homem com o mundo, na objetivação do mundo e também na racionalidade instrumental como algo que acontece nas ações estratégicas. A informação seria um procedimento da linguagem e faria sentido somente.

espaço, liberdade e condições para que se atinjam as pretensões de validade comunicativa universais. Além disto, o discurso poderia se estabelecer a qualquer momento em que houvera o rompimento de algumas dessas pretensões. Mas, pela ótica de Verdade e justificação (1999) haveria uma forma de validação que se daria fora do discurso, nas práticas do mundo da vida. Habermas publica em 1999, como confirma Dutra (2003) a obra original *Wahrheit und Rechtfertigung*, com tradução para o português em 2004, com importantes revisões em sua filosofia teórica, voltando a tratar de temas como verdade e objetividade, realidade e referência e validade e racionalidade, os quais ficaram relegados a um segundo plano na sua filosofia posterior. De acordo o filósofo habermasiano a pragmática universal da linguagem, proposta por Habermas na década de 1970, oferece somente um tratamento discreto da questão epistemológica e semântica.

A pragmática universal se apóia sobre o conceito de entendimento [Verständigung], com um alto conteúdo normativo. Ela opera com pretensões de validade resolúveis discursivamente e com pressuposições pragmático-formais, remetendo a compreensão dos atos de fala às condições de sua aceitabilidade racional. Portanto, o conceito-chave da pragmática universal não é a verdade, mas a validade, entendida num sentido epistêmico, ou seja, como aceitabilidade racional (DUTRA, 2003).

Assim, quando se vincula um valor de verdade sobre os conteúdos construídos argumentativamente na rede, o que de fato se confirmaria é uma aceitabilidade racional entre os interlocutores, mas que não implicaria em atribuir valor de verdade as asserções proferidas. Em Verdade e justificação Habermas teria proposto corrigir sua parcial isenção adotada anteriormente, sobre o tratamento da epistemologia. Segundo Dutra (2003), para Habermas o “conceito discursivo de verdade é duplo: de um lado, a não assimilação de verdade a asseverabilidade ideal; por outro lado, relaciona o conceito discursivo de aceitabilidade racional ao conceito não epistêmico de verdade, concebido em termos pragmatistas”. Ao mesmo tempo Habermas sustentaria a sua posição sobre uma “impossibilidade de um acesso à realidade que não seja mediada lingüisticamente” (DUTRA, 2003). Haveria uma substituição da subjetividade transcendental pela “intersubjetividade destranscendentalizada do mundo vivido” com diz Dutra. Neste sentido, como comenta o autor, “as diferentes interpretações do mundo se referem a um mesmo mundo, sem que esta invariância do mundo consiga explicar qual dos enunciados contrapostos é verdadeiro”. E esta seria uma questão central em Habermas pois:

[...] determina a possibilidade de se manter, grosso modo, os termos da verdade discursivamente compreendida, segundo a qual um enunciado só pode ser fundamentado por outro enunciado, ou seja, por razões. Essa formulação caracteriza o cerne do que Habermas chama de concepção epistêmica de verdade. O problema é como compatibilizar essa concepção epistêmica com a realista que ele vem pretendendo defender, segundo a qual a verdade não é nenhum conceito de êxito [Erfolgsbegriff]<sup>14</sup>. Isso poderia ser possível se se conseguisse combinar uma compreensão da referência transcendendo a linguagem com uma compreensão da verdade que fosse imanente à linguagem (DUTRA, 2003).

Habermas, no contexto dos estudos de Verdade e justificação diz que “na práxis as verdades escoram as certezas de ação, no discurso elas são o ponto de referência para pretensões de verdade”. (HABERMAS, 2004, p. 251). No mundo da vida “há a necessidade prática de confiar intuitivamente no tido-por-verdadeiro de maneira incondicional” (HABERMAS, 2004, p.259). Neste mundo os “agentes dependem das certezas da ação”. Já no discurso, isto “se reflete nas conotações de pretensões de verdade que apontam para além do contexto de justificação dado a cada vez e levam à suposição de condições ideais de justificação.” (HABERMAS, 2004, p.259). O processo de justificação, por conta disto, “pode se orientar por uma verdade que, por *certo*, *transcende a justificação, mas é já operativamente eficaz na ação.*” (HABERMAS, 2004, p. 259). Na práxis cotidiana, “a função da validade dos enunciados explica porque o fato de resgatar discursivamente pretensões de validade pode ao mesmo tempo ser interpretado como a satisfação de uma necessidade pragmática de justificação.” (HABERMAS, 2004, p. 260). Esta demanda pela justificação só seria satisfeita “por uma tradução de opiniões discursivamente justificadas em verdades que orientam a ação” (HABERMAS, 2004, p. 260). E ainda, convalida o autor que, “é essa interação que desfaz a dúvida contextualista a respeito da intuição realista cotidiana, assoma a objeção de que a descrição tendenciosa dos discursos engastados no mundo da vida pré-julga toda a controvérsia”. (HABERMAS, 2004, p.260). Conforme sumariza a edição de 2004, em português, de Verdade e justificação, Habermas irá dizer nesta obra que:

[...] a legitimidade de uma asserção deve necessariamente ser resgatada discursivamente ou justificada no interior de uma prática compartilhada, mesmo porque justificação alguma se torna verdade de imediato. Só o apelo ao mundo da vida, à práxis do encontro com os problemas da cotidianidade pode ser pragmaticamente, não definitivamente, validar a justificação, tornando-a verdade.

Habermas considera que o conhecimento não se limita em formular juízos, mas é uma atividade de reconstrução que faz parte de nossas formas de vida. Há, no discurso, “uma relação entre verdade e justificação, requisito para os processos intersubjetivos, que demandam o mundo objetivo enquanto algo que favorece ou não os processos de entendimento. Um enunciado bem justificado, retorna ao mundo da vida.” (ARAUJO, 2004). No paradigma linguístico-pragmático, somente faz sentido perguntar pela natureza do conhecimento, se o conhecimento for visto como uma prática que decorre de necessidades do mundo da vida e não de certezas transcendentais.

Araújo diz que Habermas, a partir do modelo da intersubjetividade, centra sua concepção filosófica nos atos de fala com suas pretensões à verdade, à normatividade e à veracidade. Assim, é que o “conteúdo proposicional dos enunciados permite que os falantes negociem os aspectos do mundo que se revelam problemáticos, o que está ligado com a pretensão à verdade, cuja validade é transcendental” (ARAUJO, 2004). O ato de fala, ao estabelecer uma relação intersubjetiva entre falante e ouvinte, “está ao mesmo tempo numa relação objetiva como o mundo. Ao se conceber o entendimento mútuo como telos inerente à linguagem, impõe-se a co-originalidade de representação, comunicação e ação” (HABERMAS, 2004).

O significado das proposições, de acordo com Habermas citado por Araújo (2004), “não é algo que o pensamento detém, mas a capacidade de seguir uma regra, de saber, pelo aprendizado, como jogar cada jogo. Trata-se de uma atividade, e não de um estado mental, nem de uma propriedade psicológica de um sujeito”. Desse modo, a autora argumenta que, “um enunciado

justificado pelas práticas intersubjetivas pode ser mantido como verdadeiro, se argumentos contrários não forem obstáculo para a ação.” O lugar dos enunciados verdadeiros esta no mundo da vida compartilhado intersubjectivamente, que almeja referência a algo no mundo comum a todos. Estes enunciados não estão isolados na mente que representa a realidade. Mas é preciso ser realista nos contatos com este mundo, pois assim os jogos de linguagem e as práticas cotidianas são críveis, confiáveis. Esse mundo objetivo pode ser questionado nos discursos, por meio de argumentos sendo que estes se orientam pela verdade, o que mantém a diferença entre crer e saber, apoiada no uso comunicativo da linguagem. (ARAÚJO, 2004).

No mundo da vida, os conceitos de verdade e saber são imprescindíveis, funcionam como um ancoradouro que transcende a justificação e mostram que se pode errar. A ação cooperativa funciona melhor se favorece convicções relacionadas ao mundo objetivo. O entendimento usa o discurso, que examina pretensões de validez controvertidas, cujo reconhecimento ou rejeição depende de razões. Aprendemos com ambos os processos, cuja face é dupla. A justificação em um contexto fala a favor da verdade (independente de contexto) da crença justificada, proporcionando certezas renovadas para a ação (ARAÚJO, 2004).

A verdade transcenderia o contexto, com diz a autora supracitada, mas seria operacional em termos da ação. A defesa do filósofo em Verdade e justificação, conforme Araújo, é que “a prática da justificação não pode dispensar a verdade e que remeter à verdade e a razões, permite corrigir e explicar as normas justificáveis.” Desse modo seria preciso levar em conta “pontos de referência no mundo objetivo, como totalidade daquilo que podemos ‘expor’ ou com o que podemos ‘lidar’”, (HABERMAS, 2004, p. 258). Os argumentos serão válidos se houver quebra e retomada pelo discurso, senão os argumentos terão que ser validados na praxis. Neste sentido Araújo (2004), ao expor sua análise habermasiana sobre este processo de validação, indica uma explicação a que se adotará, neste momento, como parcialmente conclusiva.

A própria ação comunicativa também se desdobra em dois planos, o da ação e o do discurso. As pretensões de validez são aceitas ou não mediante a discussão de razões, a ação comunicativa se efetiva em práticas argumentativas, que demandam exame de opiniões, discussão de validez (ARAÚJO, 2004).

## **Considerações e justificações**

A breve retomada a algumas proposições da obra Verdade e justificação de Habermas foi feita para repensar medianamente alguns processos comunicativos contemporâneos proferidos na Web. Na medida em que há uma necessidade subjacente de estudos e verificações sobre o panorama de uso da linguagem como constitutiva dos conteúdos argumentativamente construídos, é que se visualiza a aproximação das abordagens pragmáticas para apoiar frentes de validação sobre os conhecimentos produzidos. As manifestações do mundo da vida têm se aproximado e rearticulado em maior grau confirmando-se e reafirmando-se em redes sociais argumentativamente consistentes. E estas manifestações, por sua vez, tendem a predizer suas

práxis no plano das argumentações, ao mesmo tempo em que seu resultado argumentativo demanda por uma validação, não imediata, no plano das atividades concretas do cotidiano.

Durante o processo construtivo de argumentos, as justificações apresentadas pelos atores se sobrepõem e estruturam-se como um corpus válido no plano comunicativo que, por sua vez, podem ser diretivos nas ações sociais. A justificação não seria suficiente para atribuir valor de verdade aos argumentos apresentados puramente. No entanto, através do resgate discursivo para retomada da legitimidade das asserções utilizadas, seria possível recuperar um conjunto de práticas compartilhadas que atribuiriam o valor de verdade aos argumentos. Assim, quando se sugere que os conteúdos desenvolvidos a partir das ações comunicativas na Web têm suficiente força para se constituírem como um do lócus de investigação e das práticas da CI, se considera que as justificações para a formação de melhores argumentos são válidas porque atendem ao critério de articulação discursiva e não necessariamente devem se tornar verdade de imediato. A validação da justificação enquanto verdade encontraria confirmação pragmática no interior das cooperações práticas do mundo da vida. Neste sentido, para lidar com a relevância e as garantias que precisam ser consideradas no trato dos processos de produção de verdades, considerando que o resultado da ação de produção de informação é também um produto informacional, as aproximações as abordagens pragmáticas na busca de condições de validação das ações comunicativas podem ser consideradas bem vindas.

Artigo recebido em 21/06/2010 e aprovado em 31/07/2010

## Referências

ARAÚJO, I. L. A natureza do conhecimento após a virada linguístico-pragmática. *Revista de Filosofia*, Curitiba, v. 16, n.18, p. 103-137, 2004. Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?ddl=89&dd99=view>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

CASTRO, D. J. V. Conceito discursivo de verdade em Verdade e Justificação, *Ethic@*. Florianópolis, v.2, n.2, dez. 2003. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/ethic22re.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

CAVALCANTE, A. R. A racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas. *Educação e filosofia*, v.15, n.19, 2001.

CECEZ-KECMANOVIC, D.; JASON, M. Communicative action theory: an approach to understanding the application of information systems. In: *Proceedings of the Tenth Australasian Conference on Information Systems ACIS'99*, Wellington, New Zealand, 1999.

DIETZ, J.; WIDDERSHOVEN, G. A comparison of the linguistic theories of Searle and Habermas as a basis for communication support systems. In: *Proceedings of the workshop on linguistic instruments in knowledge engineering*, Elsevier, 1991.

FROOMKIN, A. M. [Habermas@discourse.net](http://www.habermas@discourse.net): toward a critical theory of cyberspace. *Harvard Law Review*. V. 116, n. 3, jan. 2003.

GOLDKUHL, G. The validity of Validity claims: na inquiry into communication rationality. In: *Proceedings of the fifth international workshop on the language-action perspective on communication modeling*. Aachen, Germany, set., 2000.

GOMEZ, M. N. G. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: BRAGRA, G. M; PINHEIRO, L. V. R (orgs). *Desafios do Impresso Digital: questões contemporâneas da Informação e do conhecimento*. IBICT/UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da informação*. v.22, n. 3, 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1128/777>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

GRACIOSO, L. de S. Ciência da informação e a ação comunicativa no cenário Web. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8, 2007, Salvador. *Anais...*, 8, 2007.

\_\_\_\_\_. de S. *Filosofia da linguagem e ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais*. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Ciência da informação). Rio de Janeiro, RJ: UFF/IBICT/PPGCI, 2008.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

\_\_\_\_\_. J. *The theory of communicative action: reason and the rationalization of society*. Trad. Thomas McCarthy, Boston: Beacon Press, 1981. v. 1. Traduzido de *Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung*, 1981.

\_\_\_\_\_. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Traduzido por Milton Camargo Mota. Tradução de *Wahrheit und Rechtfertigung – Philosophische Autsätze*, 1999.

\_\_\_\_\_. *Wahrheit und rechtfertigung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1999.

HENG, M. S. H.; MOOR, A de. From Habermas's communicative theory to practice on the internet. *Info systems Journal*, v.13, 2003.

LYYTINEN, K.; HIRSCHHEIM, R. Information systems as rational discourse: na aplicação of Habermas's theory of communicative action. *Scandinavian Journal of Management*, v. 4, n. 1-2, 1988.

MAIA, R. M. *Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fac/comunicacao politica/Rousiley2001.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. *Alceu*, Rio de Janeiro: PUC, 2000, v.1, n.1.

PARRET, H. *A estética da comunicação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção repertórios).